

Aprovação presidencial (1996-2015) na América Latina:

mais participação pode ser uma saída
quando a economia vai mal?

Daiane Boelhouwer Menezes

Universidade do Vale do Rio dos Sinos (BRA)

A América Latina tem um alto índice de presidentes que não conseguem completar o mandato. O último afastamento ocorreu em agosto de 2016, com o impeachment da então presidenta brasileira, Dilma Rousseff. Ela se juntou ao grupo de 14 presidentes que não terminaram o governo para o qual foram eleitos. No momento em que este artigo é escrito, não há garantia de que Michel Temer, o vice que assumiu a Presidência, não cairá antes do fim de 2018.

Além dessa característica latino-americana, o fim do ciclo de altos preços das commodities produziu mudanças na percepção dos cidadãos, segundo o Informe do Latinobarômetro (2016). De 2015 para 2016, nos

países latino-americanos, a satisfação com o funcionamento da economia no país caiu cinco pontos, chegando a 20% – dez pontos percentuais a menos do que em 2010. Em 2016, 43% disseram que essa situação econômica piorou – o nível mais alto desde 2005 – na comparação com os 29% de 2015. Os resultados das eleições ocorridas entre 2015 e 2016 foram predominantemente contrários aos governos de turno. Esse cenário apontou para o fim do hiperpresidencialismo. Em 2009 – ano em que a média de aprovação presidencial dos países aqui estudados¹ apresentou seu maior percentual – havia seis presidentes com mais de 70% de aprovação e somente dois com menos de um terço.

Ainda segundo o Informe (2016), o período chamado de “lua-de-mel dos cidadãos com presidente” tem sido cada vez mais curto. De 2015 a 2016, a confiança nos governos Executivos caiu de 33% para 28%, sendo que a média da série histórica da região é de 37% – uma queda maior que a sofrida pelos Congressos ou pelos Partidos Políticos. A percepção de que se governa para todos – escolha alternativa a se governar para uns quantos grupos poderosos em seu próprio benefício – vinha aumentando de 2004 a 2011 (de 24% para 36%), tendência que foi invertida. Nos últimos três anos, a confiança interpessoal alcançou os patamares mais baixos da série, por um período maior de anos. Por outro lado, a crença de que é justificável não pagar impostos tem registrado aumento desde 2011.

Somente esses dados apontariam para um cenário bem complicado para a política em geral e para os presidentes da região. Assim, além de variáveis econômicas, variáveis políticas e outras variáveis institucionais são apontadas como possíveis explicações para a aprovação presidencial. Essas variáveis são discutidas na próxima seção, junto aos trabalhos já realizados na América Latina sobre essa questão. A originalidade desse

¹ Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Chile, República Dominicana, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicaragua, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela.

artigo está no fato de que ainda não foi pesquisada, na região, a relação entre aprovação presidencial e utilização de Mecanismos de Democracia Direta (MDDs) nacionais, a julgar pelos estudos encontrados. A participação em MDDs é considerada “boa” ou “muito boa” por 53,3% dos entrevistados e “regular” por outros 16,8% (avaliações que, somadas, totalizariam 70% de cidadãos com sentimentos positivos ou neutros em relação aos instrumentos). 7,5% não sabiam do que se trata MDDs e outros 14% não responderam – o que era esperado, dado que alguns países nunca usaram MDDs (LATINOBARÓMETRO, 2009). Na América Latina, entre 1995 e 2015, ocorreram apenas 32 MDDs nacionais, em onze países latino-americanos².

Analisar essa relação é interessante porque plebiscitos (facultativos ou mandatórios), referendos e iniciativas populares permitem que autoridades aproximem-se mais dos cidadãos, ainda que os papéis desempenhados por chefes do Executivo sejam diferente em cada tipo de MDD. Ainda: estudos comparativos sobre aprovação presidencial na América Latina são raros. Na realidade, foi localizado apenas um trabalho, também abordado na próxima seção.

A terceira seção apresenta os modelos multiníveis nos quais a influência das variáveis de percepção da situação econômica, de confiança interpessoal, educação e idade (nível 1) são testadas, assim como a influência de variáveis relativas a indicadores macroeconômicos (crescimento do PIB, inflação, desemprego e coeficiente Gini), a ocorrência de eleições, de MDDs e outros eventos políticos importantes (nível 2). Esses modelos são uma alternativa à análise seriada quando não há número de observações suficientes ao longo do tempo. Os dados utilizados são provenientes de surveys do Latinobarômetro realizadas anualmente³. A

² Os onze países mencionados são: Bolívia (5 MDDs), Brasil (1), Colômbia (2), Costa Rica (1), Equador (6), Guatemala (1), Panamá (2), Paraguai (1), Peru (1), Uruguai (8) e Venezuela (6).

³ Com exceção de 1999, 2012 e 2014. Ainda que a periodicidade anual não seja ideal para

amostra dessa pesquisa inclui 16 países com observações de 1996 a 2015, deixando de fora apenas um ano (1995) e dois países que não possuem dados completos⁴. Além do Latinobarômetro, dados sobre os MDDs do Center for Research on Direct Democracy (C2D) e de Altman (2010) também foram aproveitados. Embora os casos não sejam abundantes e não seja possível fazer afirmações taxativas e generalizantes, com a análise dos modelos propostos, pretende-se responder se os MDDs impactam a aprovação presidencial e, se sim, o quanto – comparativamente às eleições, ao desempenho da economia, a eventos políticos importantes, à confiança interpessoal, à faixa etária dos cidadãos e à sua escolaridade.

Aprovação presidencial e a influência de variáveis econômicas, institucionais e políticas

Berlemann e Enlckemann (2012) sugerem que, entre os determinantes da popularidade do presidente, as pesquisas apresentam certo consenso em relação à importância das questões econômicas. Apesar disso, após 40 anos de pesquisas empíricas e centenas de publicações sobre o tema, o papel das variáveis econômicas não é exatamente claro na literatura norte-americana. Quando períodos relativamente longos são estudados (ainda que o papel dessas variáveis possa mudar com o passar do tempo), no entanto, inflação e desemprego tendem a ser apresentar como variáveis estáveis para explicar a aprovação do Chefe do Executivo.

Além da extensão da série analisada, há a questão das variáveis propriamente políticas não serem incluídas em alguns dos modelos ou serem mal escolhidas. Nos últimos 20 anos, viu-se uma tendência a incluir medidas subjetivas da situação econômica, como o sentimento do

estudar aprovação de governo e ver o impacto de eventos políticos e do desenvolvimento da economia, Berlemann e Enckemann (2012) citam estudos que usaram tanto dados mensais quanto trimestrais e não encontraram diferença nos seus resultados.

⁴Apenas oito países participaram dos surveys de 1995. A República Dominicana, um dos países excluídos da amostra, só foi incorporada em 2004. Honduras, o segundo país desconsiderado, não possui dados para a aprovação presidencial em um dos anos.

consumidor ou a inflação percebida. Inclusive, interessantes resultados foram encontrados ao comparar os resultados dos dois principais institutos de pesquisa americanos:

The Gallup and the SRC approval time series turn out to be highly correlated (0.99). Interestingly enough, this holds true although the SRC question has an explicit economic focus while the Gallup question has not. This finding either implies that respondents are not able to assign their approval (or disapproval) to specific topics or economic issues play the dominant role in evaluating the president. (Berlemann, Enelkemann, 2012, p.14)

Neste artigo, não se trabalha apenas com uma presidência, tampouco com um período tão longo como 50 anos – porém, consideram-se, igualmente, variáveis institucionais e políticas, de forma que se espera encontrar resultados minimamente generalizáveis para a América Latina – que, como veremos, tem suas particularidades.

Em pesquisa seminal, Mueller (1970, 1973 apud Berlemann, Enelkemann, 2012) encontrou algumas regularidades: a aprovação presidencial tende a declinar ao longo do mandato e durante guerras; tende a aumentar em momentos de crise internacional; o nível de popularidade difere em diferentes administrações; e um período econômico ruim tende a diminuir a aprovação presidencial, ao passo que um período econômico bom não costuma afetar a popularidade do presidente.

Pinto (2013) problematiza esse modelo, lembrando que apenas o desemprego é utilizado como proxy para a economia e que o comportamento dessa dimensão é muito pouco explicada por Mueller. Ainda, Pinto aponta para outros efeitos relativos ao tempo de mandato, citando autores que consideram que seja uma função em formato de “U”; aumenta à medida que o governo amadurece; existe um período variável de efeito lua-de-mel; o presidente pode ganhar popularidade no final do seu mandato por meio de um "efeito nostalgia".

Talvez esse efeito nostalgia se dê mais em função de alguns

governos adotarem uma política expansiva no último ano, em preparação às eleições. Há também o efeito campanha, quando o incumbente normalmente consegue levar o eleitorado a fazer uma avaliação retrospectiva do desempenho do governo. Berlemenn e Enekelmann (2012) testam esse efeito com três e seis meses e não encontram qualquer resultado significativo. Este artigo faz esse teste especificamente para a realidade latino-americana, conforme explicado mais abaixo.

Há outra variável importante na América Latina: o afastamento de presidentes antes do término de seus mandatos. Pérez Liñan (2007) constata que as crises presidenciais da região, por vezes advindas de processos de impeachment, são precedidas de níveis de aprovação presidencial muito baixos e altos níveis de mobilização social, instigados por investigações e exposição midiática de escândalos políticos, assim como pela perda de controle sobre o Congresso. O impeachment de Dilma Rousseff, no Brasil, ilustra perfeitamente essa situação. Além disso, o autor lembra o quanto essas situações desfazem a ideia de que presidentes são muito fortes e o que os parlamentares não conseguem mantê-los responsáveis.

Fato é que os mecanismos de democracia direta (MDDs) são canais de expressão da população fora das eleições regulares. Nos países latino-americanos, servem para diminuir a tensão produzida pela ausência de instituições representativas eficientes. Muitas vezes, os cidadãos não votam nos MDDs pensando exclusivamente no assunto em questão, mas os utilizam para expressar sua frustração em relação à performance do governo ou em relação à política e aos políticos em geral. Ainda sim, os MDDs têm um papel importante como forma adicional de expressão política (ZOVATTO, 2006). Isso poderia explicar a razão pela qual o Uruguai, por exemplo, não experimentou nenhuma grande crise social: “they created a channel through which citizens could express themselves and protest – for example, the neoliberal policies – in a formalized institutional framework (ALTAM, 2010, p.198).

A partir dessas considerações, testa-se a hipótese de que o envolvimento dos presidentes durante o processo de um MDD nacional pode fazer com que a aprovação deles se torne maior. Abordando campanhas, Vreese e Semetko (2004, p.12) observam que um MDD “may alter the domestic political power equilibrium and it may lead to changes in the approval ratings of parties and political leaders”. Porém, esse efeito não parece ser igual para todos os tipos de MDDs. Aqueles iniciados pelo próprio chefe do Executivo devem ter impacto positivo, ao contrário de MDDs iniciados pelos cidadãos, especialmente os que são contra leis recém-sancionadas pelo presidente.

No caso específico de iniciativas populares, entre as preferências do Legislativo e do Executivo, tende a ser o presidente quem se beneficia; pois, como esse é eleito pela maioria dos cidadãos, provavelmente está mais alinhado com as preferências do eleitor médio (MATSUSAKA, 2008). O mesmo pode ser estendido para os plebiscitos facultativos iniciados pelo presidente, sempre que estiver mais próximo do eleitor médio do que o Legislativo. Bowler e Glazer (2008) diagnosticaram que a pesquisa empírica sobre o efeito da iniciativa popular no governo e na governabilidade é quase inexistente, o que reforça a importância da pesquisa aqui realizada.

Além da questão dos afastamentos dos presidentes, outros eventos políticos podem afetar a avaliação presidencial. De forma positiva, podemos citar crises internacionais, conquistas diplomáticas e eventos que afetam diretamente a pessoa do presidente, usualmente relacionados com a sua saúde; de forma negativa, escândalos políticos, agitação doméstica e iniciativas políticas impopulares (OSTROM, SMITH, 1992 apud PINTO, 2013). Ainda não há consenso em relação aos critérios de escolha desses eventos, de forma que são sempre criticáveis. A cobertura midiática, no entanto, é condição necessária para defini-lo como um rally event, uma vez que ela possui centralidade na definição da agenda pública de questões e na formação da opinião dos indivíduos.

Pesquisas mais recentes indagam se as avaliações presidenciais são mais retrospectivas ou prospectivas e se são feitas considerando seu próprio bolso (pocketbook) ou o cenário econômico da coletividade (sociotropic) – normalmente os indivíduos não responsabilizam o presidente por suas condições individuais (PINTO, 2013). Cohen (2004), comparando 44 países, em 2002, descobriu que – em países em desenvolvimento e em democracias mais recentes – a visão é predominantemente retrospectiva, ao passo que entre os avançados, prospectiva. Dessa forma, para estudar a América Latina, utilizamos a avaliação da situação corrente do país.

Tratando especificamente de América Latina, um único estudo comparado foi encontrado. Cabezas (2015) utiliza outra base de dados, o Latin American Public Opinion Project (LAPOP), além de focar no curto período, entre 2010 e 2012. Grande trabalho é empreendido classificando todas as identificações partidárias como oposição e governo de acordo com as coalizões formadas em cada mandato. O autor conclui que os latino-americanos consideram as expectativas da economia (tanto egocêntrica como sociocêntrica) para a aprovação presidencial e que o terço de eleitores que se identifica com algum partido avalia o presidente de acordo com sua posição de situação ou governo. Outro estudo nos Estados Unidos, de 1955 a 2005, tinha apontado que aqueles que se dizem independentes ou que votaram contra o governo são mais propensos a levar as questões econômicas em consideração (LEBO, CASSINO, 2007).

Há estudos de casos específicos de certos países da América Latina. No México, por exemplo, estudando o período de 1988 a 1993, Buendia (1996) encontrou evidências de que os cidadãos avaliam a performance do presidente de acordo com o desempenho da economia; como, por exemplo, a inflação. Além disso, encontrou indícios de que as reformas econômicas precisam ser introduzidas no começo dos mandatos de novos presidentes, para que estes não sejam culpados por problemas dos governos passados.

Em relação ao Chile, destaca-se o aumento da popularidade da presidenta Michele Bachelet, justamente com o início da crise financeira mundial, quando foi lançado um pacote que amplia o repasse aos municípios, antecipa a restituição do imposto de renda e aumenta os bônus entregues a pessoas participantes de programas sociais (APABLAZA; JIMÉNEZ, 2009). Comparando os mandatos de Lagos, Bachelet e Piñera, constata-se que os níveis de aprovação dependem fortemente do presidente de turno (RAMIREZ, VARAS, 2013) e que quanto mais os ministérios espelham o peso dos partidos da coalizão na composição do governo (isto é, tem um governo de mais políticos e menos técnicos), maior é aprovação presidencial (JOFRÉ, NAVIA, 2017), entre outros estudos.

No Peru, Arce (2002) estudou o impacto do combate contra a guerrilha na aprovação presidencial nos mandatos dos presidentes García e Fujimori, descobrindo que aquele depende da inclinação ideológica dos governos. Quando Arce e Carrión (2010) estendem o período analisado (1985-2008), concluem que as variáveis econômicas tradicionais – como desemprego e salários – têm efeitos bem visíveis e que os resultados diferentes encontrados estão relacionados com crises bem específicas. Esses achados reforçam os resultados encontrados por Berlemann e Enkelmann (2012) de que parte da inconsistência dos estudos sobre aprovação presidencial se dá em função da análise de séries muito curtas.

Quanto ao Brasil, estudando os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso, Gramacho (2005) conclui que a desvalorização da moeda, seguida pelo desemprego, foram os fatores que mais influenciaram a aprovação de tal presidente, mas que ciclos de atenção temática podem alterar a influência das variáveis econômicas. Em outro estudo sobre os mandatos desse presidente e de Luís Inácio Lula da Silva, conclui-se que a opinião pública brasileira avalia o trabalho do presidente a partir do bom desempenho da inflação e do desemprego, de características específicas do mandatário relativas ao carisma, sob influência extraordinária do cenário

político (PINTO, 2013). Por constatações como essas, testamos também a variável de eventos políticos extraordinários (positivos ou negativos).

No Uruguai, resultados um pouco diversos são encontrados. Os cidadãos julgariam o presidente segundo a avaliação prospectiva da sua economia pessoal; porém, o período analisado diz respeito somente a 2007-2013 (CARLIN, HUNT, 2015). Na Argentina, Catterberg e Pallanza (2012) analisam o mandato de Cristina Kirschner, com uma dinâmica diferente do que houve no Governo de Bachelet, no Chile, mencionado acima. Seu governo era mal avaliado no começo da crise internacional, melhorando sua aprovação apenas em 2010, quando a economia apresentou sinais de melhora (crescimento econômico com geração de empregos, apesar da alta da inflação) e consolidando o patamar com a onda de empatia decorrente da morte de seu marido, o ex-presidente Néstor Kirschner. Trata-se de um evento político próximo aos casos citados de problemas de saúde dos presidentes, que normalmente se revertem em avaliações mais positivas.

Na seção seguinte, boa parte das variáveis aqui trabalhadas são inseridas nos modelos que se propõem a explicar a aprovação presidencial, tanto com variáveis macro (nível 2), como indicadores econômicos, realização ou não de MDDs, quanto por variáveis micro (nível 1) derivadas de opiniões de indivíduos latino-americanos e suas características referentes à escolaridade, faixa etária etc.

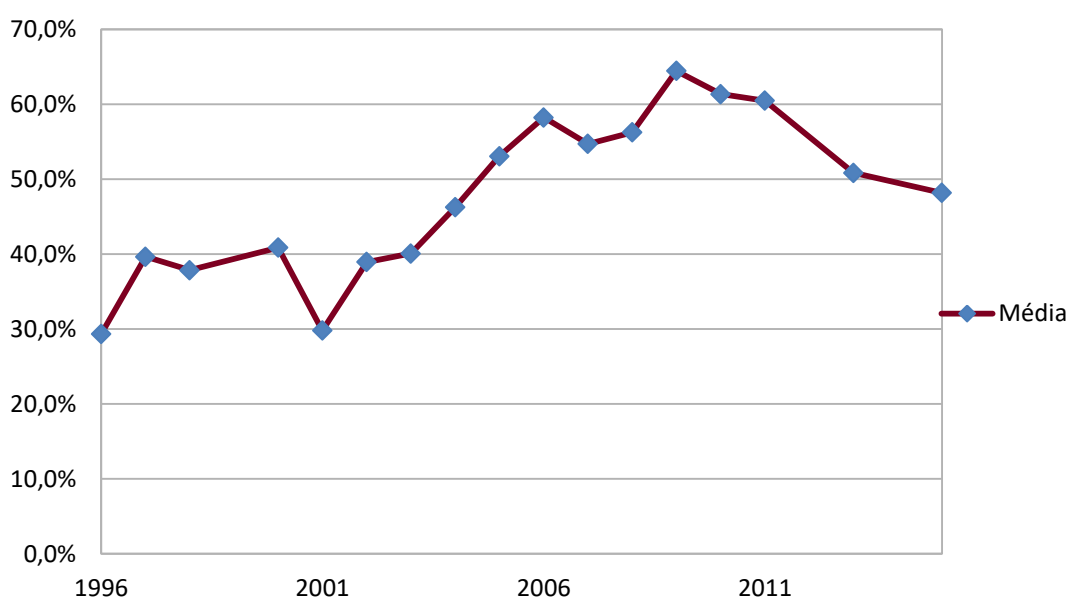
Os modelos multiníveis explicativos da aprovação presidencial na América Latina

A questão sobre a aprovação do Presidente no Latinobarômetro é uma variável dummy. Ela foi formulada assim: “Você aprova ou desaprova o modo como a atual administração chefiada pelo/a (nome do/a Presidente) está conduzindo o país?”. A resposta “desaprovo” foi codificada como zero e “aprovo” como 1. Entretanto, essa questão começou a fazer parte dos surveys somente em 2002 – permanecendo nos questionários por todo

período até o presente.

A solução encontrada para os anos anteriores a 2002 foi utilizar a variável confiança no Presidente entre os anos 1996 e 2001 como proxy para a aprovação. Dessa forma, as opções “nenhuma confiança” e “um pouco de confiança” foram transformados em “desaprovo” (codificadas como zero), e “alguma confiança” e “muita confiança” (codificadas como um). O **gráfico 1** apresenta a média dessa variável na América Latina. O **gráfico 2**, por sua vez, demonstra as variações em todos os 16 países.

Gráfico 1. Aprovação presidencial média de 16 países latino-americanos (1996-2015)



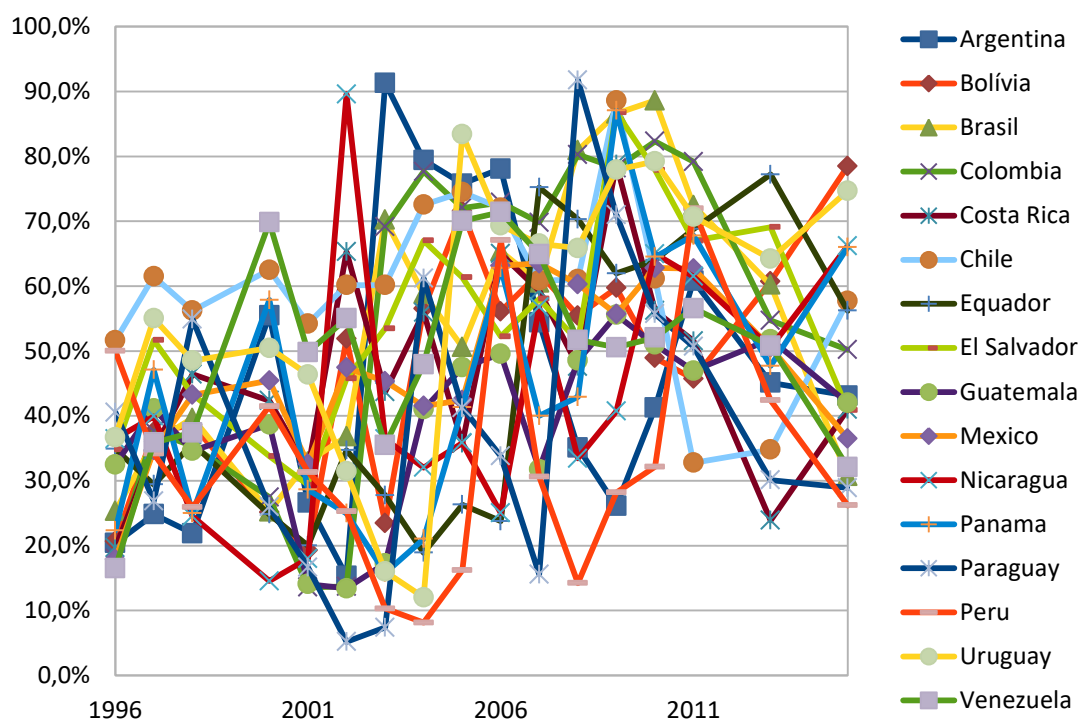
Fonte: Elaboração própria

Fonte dos dados brutos: Latinobarômetro

Para lidar com surveys em 17 diferentes anos, provenientes de 16 países, são utilizados modelos multiníveis. Nesses modelos, as variações do âmbito dos indivíduos são relacionadas com as variações do âmbito do

sistema; ou seja, as informações provenientes do sistema ajudam a mitigar o poder explicativo das características individuais. Esses modelos, além de permitirem que dados de vários anos e vários países sejam analisados conjuntamente – quando o número de observações não é suficiente para a realização de uma análise seriada – apontam ainda a importância dos fatores contextuais não considerados, de cada país e de cada ano, pelas variáveis inseridas.

Gráfico 2: Aprovação presidencial em cada um dos 16 países latino-americanos (1996-2015)



Fonte: Elaboração própria

Dados Brutos: Latinobarômetro

Aprovação presidencial com variáveis de nível 1

Nos modelos de aprovação presidencial, a diferença na precisão de um modelo que não faz distinção entre as médias dos países e dos anos e o modelo multinível de ordenada de origem que varia e declive fixo é de nove pontos percentuais (52,2% - Tabela 1 - e 61,2%¹, respectivamente). Esses números mostram que não é possível ignorar as diferenças entre os países ou a situação conjuntural de cada ano. A variância de nível 1 é sempre, nos casos de variáveis qualitativas, de aproximadamente 3,29. Portanto, a variância dos países é responsável por 3% da total ², e a dos anos, por 6,2%³.

Adicionando, uma a uma, as variáveis dos indivíduos, a que mais aumenta a precisão do modelo é a percepção da situação econômica do país, alcançando 65,6% – isto é, melhora 4,4 pontos percentuais. Isso é mais do que a percepção da situação pessoal (63%), demonstrando uma consideração mais social e menos egoísta na hora em que os latino-americanos avaliam seus presidentes – o que já tinha sido observado em outras pesquisas sobre o tema. As outras variáveis – sozinhas – ou não aumentam a capacidade de explicação do modelo ou não apresentam significância estatística. De todo modo, quando inseridas conjuntamente, elas apresentam melhor desempenho; logo, a confiança interpessoal, a educação, a idade foram incluídas no segundo modelo apresentado na **tabela 1**⁴. Esse modelo de variáveis de nível 1 apresenta precisão de 65,8%⁵.

Comparados com aqueles que percebem a situação econômica

¹Critérios de informações 1,219,755.160.

² 0,102 / (0,102+3,29)

³ 0,219 / (0,219+3,29)

⁴A variável “sexo” não se apresentou significativa nem aumentou o poder de explicação do modelo, mesmo junto às outras variáveis apresentadas na Tabela 1, de forma que, por motivos de parcimônia, foi deixada de fora.

⁵Critérios de informações 1.189.906,113.

como muito ruim, os que a avaliam positivamente têm seis vezes mais probabilidade de aprovar o chefe do Executivo – isto é, 620% mais chances, desde que mantendo todas as outras variáveis constantes, ou seja, na categoria de referência zero (os mais jovens, menos educados e sem confiança interpessoal), omitidas aqui por terem parâmetros redundantes.

Tabela 1. Variáveis do nível 1 nos modelos de aprovação presidencial na América Latina (1996-2015)

	1) Efeitos aleatórios apenas			2) Variáveis individuais		
	Coef.	Sig.	Exp.	Coef.	Sig.	Exp.
Ordenada de origem	-0,111	,423	0,895	-1,030	,000	0,357
País	0,102	,006		0,077	,006	
Ano	0,219	,005		0,133	,005	
Situação MB				1,985	,000	7,281
Situação B				1,909	,000	6,748
Situação M				1,156	,000	3,176
Situação R				0,391	,000	1,479
Confiança Interpessoal				0,209	,000	1,233
Superior compl.				-0,230	,000	0,794
Superior incompl.				-0,197	,000	0,821
Médio compl.				-0,158	,000	0,854
Médio incompl.				-0,130	,000	0,878
Fundamental completo				-0,053	,000	0,949
Fundamental incompl.				0,012	,000	1,012
61+ anos				0,221	,000	1,247
41 a 60				0,134	,000	1,143
26 a 40				0,090	,000	1,094

A confiança interpessoal aumenta em 23% a probabilidade de aprovar o presidente. Pessoas com pouca escolaridade têm mais chance de

avaliar bem o chefe do Executivo. Aqueles no grupo com ensino superior completo têm 21% menos probabilidade de aprovação presidencial do que aqueles sem escolaridade, mantidas as outras variáveis constantes.

Em relação à idade, os mais velhos tendem a ter melhores avaliações que os mais jovens, com chances de aprovação presidencial em torno de 25% maiores⁶ – o que faz sentido de acordo com as teorias pós-modernas que apontam os jovens e aqueles com maior escolaridade como mais críticos em relação às formas tradicionais de organização e atividade política.

Modelo com variáveis de nível 2

Entre as variáveis macroeconômicas disponíveis, o crescimento do PIB, o coeficiente Gini, a inflação e o desemprego são algumas das que podem explicar a avaliação econômica corrente dos países. Ao se inserir cada uma isoladamente no modelo para explicar a aprovação presidencial, elas melhoram pouco o poder de explicação dos modelos (inflação e PIB um pouco mais 61,8% e 61,7%, desemprego e Gini um pouco menos, 61,3% e 61,4%), porém são todas significativas e com o sinal esperado: mais desemprego, desigualdade e inflação diminuem as chances de aprovação presidencial; e maior crescimento do PIB as aumenta. Todas elas juntas, com as variáveis de nível 1, alcançam uma precisão de 66% e são apresentadas no modelo 1 da **tabela 2**. As variáveis de nível 1 conservam coeficientes muito parecidos em todos os modelos, de forma que foram omitidos nas tabelas seguintes.

⁶Achados anteriores de Booth e Seligson (2009) apresentaram a mesma relação negativa da escolaridade com a aprovação, mas encontraram, na sua base de dados mais restrita (oito países latino-americanos com dados de apenas um ano), relação inversa também quanto à idade. Com dados de mais países e mais anos, aponta-se aqui que os cidadãos de grupos etários de idade mais avançada têm mais tendência de aprovar o governo do que os mais jovens.

Centradas e divididas pelo seu desvio-padrão, para poderem ser comparadas, sem coeficientes minimamente comparáveis com aqueles que são fruto da avaliação dos cidadãos, conclusões de outros trabalhos (POWER, JAMISON, 2005; MCALLISTER, 1999) são reiteradas, em que pesam muito mais as percepções subjetivas dos cidadãos sobre a situação econômica do país do que os macro-indicadores normalmente utilizados para avaliar a economia⁷. Essas percepções vêm mediadas pela situação social da pessoa entrevistada, pela cobertura midiática e por outros fatores. A importância dos meios de comunicação no discurso dos latino-americanos (mas não necessariamente em seu comportamento), pode ser constatada quando, por exemplo, percebe-se que quase 90% dos cidadãos desconfia dos partidos (o que concorda com a agenda informativa), porém, 42% estão dispostos a votar neles (INFORME, 2003). Há também diferença entre percepção dos problemas (como corrupção ou violência) considerados como o maior problema do país e a ocorrência do problema em si. A Venezuela, por exemplo, era o único país onde havia

más congruencia entre la tasa de victimización y la percepción del problema. En todos los otros países donde la delincuencia es el problema principal del país, este no es el problema principal de las personas. Esto confirma [...] que el problema principal del país es una consecuencia de la agenda pública y política, mas que se la ocurrencia de los hechos. (INFORME, 2008, p.22)

O fornecimento de novos serviços públicos, por exemplo, pode fazer com que parte do orçamento de várias famílias seja desonerada e gerar a percepção de que a situação econômica do país vai melhor, ainda que os grandes indicadores econômicos não mostrem muitas alterações ou demonstrem até deteriorização. Outros trabalhos já apontaram que “la entrega de subsidios y el incremento en el gasto social aportarían positivamente a la forma en que la ciudadanía percibe a un gobierno” (CERDA, VERGARA, 2009 apud APABLAZA, JIMÉNEZ, 2009, p.7).

⁷ Em relação ao desempenho econômico, Matsusaka (2008) conclui que os eleitores incorporam informação de dois anos, portanto, não são tão imediatistas.

Tabela 2. Variáveis de níveis 1 e 2 nos modelos de aprovação presidencial na América Latina (1996-2015)

	1) Variáveis nível 1 + nível 2 econômicas				2) Variáveis de nível 1 + nível 2 institucionais				3) Variáveis de nível 1 + nível 2 política		
	Coef.	Sig.	Exp.		Coef.	Sig.	Exp.		Coef.	Sig.	Exp.
Ordenada de origem	-0,120	,415	0,887	Ordenada de origem	-1,100	,000	0,333	Ordenada de origem	-1.306	,000	0,271
País	0,093	,006		País	0,089	,006		País	0,080	,006	
Ano	0,104	,005		Ano	0,137	,005		Ano	0,134	,005	
Situação MB	1,954	,000	7,054	Situação MB	1,988	,000	7,301	Situação MB	1,991	,000	7,324
Situação B	1,885	,000	6,584	Situação B	1,898	,000	6,673	Situação B	1,916	,000	6,673
Situação M	1,139	,000	3,124	Situação M	1,150	,000	3,157	Situação M	1,161	,000	3,194
Situação R	0,382	,005	1,465	Situação R	0,382	,000	1,465	Situação R	0,395	,000	1,484
Confiança Interpessoal	0,210	,000	1,234	Confiança Interpessoal	0,219	,000	1,245	Confiança Interpessoal	0,208	,000	1,231
Superior compl.	-0,236	,000	0,790	Superior compl.	-0,226	,000	0,798	Superior compl.	-0,231	,000	0,794
Superior incompl.	-0,202	,000	0,817	Superior incompl.	-0,196	,000	0,822	Superior incompl.	-0,200	,000	0,819
Médio compl.	-0,164	,000	0,848	Médio compl.	-0,154	,000	0,858	Médio compl.	-0,160	,000	0,852
Médio incompl.	-0,133	,000	0,875	Médio incompl.	-0,125	,000	0,882	Médio incompl.	-0,132	,000	0,876
Fundamental completo	-0,058	,003	0,944	Fundamental completo	-0,063	,000	0,939	Fundamental completo	-0,054	,000	0,948
Fundamental incompl.	0,007	,704	1,007	Fundamental incompl.	0,020	,300	1,020	Fundamental incompl.	0,013	,000	1,013
61+ anos	0,214	,000	1,238	61+ anos	0,222	,000	1,249	61+ anos	0,219	,000	1,245
41 a 60	0,131	,000	1,140	41 a 60	0,136	,000	1,146	41 a 60	0,133	,000	1,142
26 a 40	0,088	,000	1,092	26 a 40	0,090	,000	1,094	26 a 40	0,089	,000	1,093
PIB Cresc	0,025	,000	1,025	Eleições	0,661	,000	1,936	Eventos políticos positivos	0,541	,000	1,717
Inflação	-0,118	,000	0,889	Referendos	-1,004	,000	0,336	Sem eventos positivos ou negativos	0,273	,000	1,314
Desemprego	-0,028	,001	0,972	Plebiscitos	0,040	,201	1,041				

	1) Variáveis nível 1 + nível 2 econômicas			Mandatários	2) Variáveis de nível 1 + nível 2 institucionais				3) Variáveis de nível 1 + nível 2 política		
Gini	-0,081	,000	0,922	Plebiscitos Facultativos	0,321	,000	1,378				
				Iniciativas Populares	-0,210	,000	0,811				

Entre as variáveis institucionais, uma das mais importantes é a ocorrência de eleições nacionais, que têm efeitos semelhantes aos esperados dos MDDs sobre a avaliação que os cidadãos fazem dos processos democráticos, das instituições e das autoridades (INFORME, 2006, 2009, 2010). Quando inserida apenas essa variável de eleições ocorridas no ano anterior à realização dos surveys, o modelo alcança 62% de eficácia e aumenta em 52% as chances de aprovação presidencial. Se ocorridas no período de apenas seis meses antes da aplicação dos questionários, a eficácia do modelo permanece a mesma; porém, o efeito lua-de-mel é identificado, já que as chances de aprovação presidencial crescem para 94%.

Se somente é inserida a variável relativa à ocorrência de MDDs no ano anterior à aplicação dos questionários, a eficácia do modelo fica em 61,1% e as chances de aprovação presidencial com a sua ocorrência aumentam 14%. Ao contrário das eleições, diminuir o período de influência das votações para seis meses melhora a eficácia do modelo (61,5%); porém, a variável perde significância estatística. Isto certamente está relacionado aos diferentes tipos de MDDs⁸. O papel do presidente tende a ser um quando ele propõe a votação e outro quando são os cidadãos/grupos de interesses, às vezes organizados pela oposição, que convocam o MDD. Da

⁸Quando eleições e MDDs entram no modelo juntamente, explicam 61,9% da variação do modelo, sendo que ocorrência de eleições aumenta 57%, ao passo que os MDDs, 12%. Restringindo o período para seis meses, a eficácia fica em 62% e eleições aumentam 95% a probabilidade de aprovação presidencial, enquanto o MDDs 17%.

mesma forma, o Chefe do Executivo tem oportunidade de se comportar de uma maneira quando o MDD tem fins propositivos e, de outra, quando tem fins revogatórios. Há diferenças, ainda, quando o MDD é requerido por lei ou não.

Ao inserir apenas a variável “tipos de MDDs”, o poder de explicação do modelo é 61,5%, a iniciativa popular não é significativa, o referendo apresenta 67% de probabilidade de diminuir a aprovação presidencial, o que faz sentido dado que a ideia é revogar uma lei recém-aprovada pelo governo no turno, ao passo que o plebiscito mandatório aumenta 19% e o facultativo, 31%⁹. Quando inserimos tipos e eleições nos modelos, a eficácia fica de 62,5% e todos os MDDs perdem a significância – porém, tudo isso sem as variáveis de nível 1¹⁰.

Quando inseridas as variáveis institucionais junto às variáveis de nível 1 (modelo 2 da **tabela 2**), a eficácia do modelo sobe para 66,4%¹¹. A ocorrência de eleições, depois da percepção da situação corrente da economia do país, é a variável que mais influencia a aprovação presidencial: eleições aumentam 94% as chances de que o presidente seja aprovado, lembrando que essas probabilidades de aprovação do chefe do Executivo são calculadas mantendo as outras variáveis constantes no valor zero – isto é, a probabilidade relativa às eleições é calculada em relação ao grupo que não teve ocorrência de eleições naquele ano, considerando pessoas que não

⁹ Considerando os surveys pelo período de até um ano após a realização dos MDDs, a eficácia alcança 61,7%, todos os tipos são estatisticamente significativos. O referendo tem sinal negativo, isto é, ele diminui em 74% as chances de aprovação presidencial. O plebiscito mandatório, cuja ingerência do Presidente é um pouco menor, aumenta em 21% as chances de aprovar o chefe máximo do Executivo. Como era de se esperar, o plebiscito facultativo aumenta 29%, mas apenas 1% do que a iniciativa popular, que tem pouca ingerência do Presidente, mas parece que mesmo essa aproxima o mandatário da população.

¹⁰ O período expandido em um ano mostra um modelo que alcança 62,6% de eficácia, as eleições aumentam em 55% as chances de aprovação presidencial, o referendo tem influência negativa (76%), juntamente com as iniciativas populares (11%), ao passo que os plebiscitos facultativos têm influência positiva, aumentando 8% e os mandatórios 1%.

¹¹ Com critério de informações de 1,193,690,907

votaram em MDDs, avaliam a situação do país como muito ruim, não têm escolaridade e pertencem ao grupo mais jovem.

Os referendos, como se contrapõem a leis aprovadas (propõem o retorno ao status quo normalmente modificado pelo próprio governo), além de frequentemente tirar do presidente seu papel de liderança ativa, têm clara influência negativa na aprovação do chefe do Executivo: diminuem em 64% a probabilidade de tal. As iniciativas populares, que apesar de proporem uma lei, retiram também parte do poder de iniciativa do chefe do Executivo, reduzem essas chances em 19%.

Os plebiscitos facultativos, aqueles propostos pelo presidente, aumentam 38% a chance de aprovação: menos do que as eleições, porém mais do que a confiança interpessoal, a escolaridade ou a idade, por exemplo. Isso apesar de três dos oito casos que possuem surveys nos seis meses seguintes terem resultados anti-hegemônicos. Quer dizer, o Executivo teve a sua posição rejeitada (QVORTRUP, 2005), demonstrando algum sucesso da estratégia de muitos presidentes de convocar MDDs com a expectativa de aumentar sua legitimidade pessoal (ALTMAN, 2010; MOREL, 2001).

Um dos casos de rejeição – o da Colômbia, em 2003 – o então recém-eleito presidente, Álvaro Uribe, embora não tenha conseguido quorum para a aprovação do plebiscito, conseguiu reunir mais votos do que em sua própria eleição (PÉCAUT, 2004). Outro caso, o do Brasil, está na mesma zona de influência do escândalo do Mensalão, quando o então presidente Lula foi acusado pela mídia de envolvimento direto no episódio de compra de votos de parlamentares (PINTO, 2013). No caso venezuelano, após a vitória das eleições de 1998, do plebiscito facultativo sobre a Assembleia Constituinte, do plebiscito obrigatório da nova Constituição e das eleições gerais em 2000, o plebiscito facultativo sindical foi a primeira

derrota do presidente Hugo Chávez, ocorrida três meses após a greve petroleira de setembro de 2000. A consulta foi, inclusive, contestada pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos por “haber permitido a la población em general participar en dicho referendo, es decir, incluyendo a personas distintas de los trabajadores afiliados, implicó una violación al derecho a la libertad sindical y al de los trabajadores a elegir a sus dirigentes” (LISSIDINI, 2006, p.17). A taxa de filiação sindical era de somente 14% da população economicamente ativa.

Por fim, em relação aos eventos políticos importantes encontrados em estudos de casos sobre os diferentes países da América Latina, eles foram classificados da seguinte forma: quando o presidente tem uma doença grave ou perde um familiar (como nos casos de Chávez, na Venezuela, ou de Kirchner, na Argentina), essas situações tendem a produzir empatia no eleitorado e, portanto, foram classificados como tendo efeitos positivos nos surveys realizados em até seis meses depois da divulgação dessas notícias. No caso de afastamento dos presidentes, como visto na seção anterior, a situação do chefe do Executivo quando renuncia ou é retirado do poder é geralmente bastante ruim em termos de popularidade. Dessa forma, em comparação ao período anterior, tende a ter um efeito positivo na aprovação presidencial de quem assume depois. O afastamento de três presidentes (De la Rúa, na Argentina; Fujimori, no Peru; e Mesa, na Bolívia), ocorridos até 2015, são incluídos nos modelos. Nesses casos, a queda se deu num período de seis meses antes da aplicação dos questionários; nos outros, o acontecimento já tinha ficado no passado¹². Já situações como a crise na educação e no sistema de transporte público no Chile, o apagão ou o mensalão no Brasil, foram classificados como efeito negativo quando

¹²Um deles foi o Presidente Zelaya de Honduras em 2009, porém esse país não faz parte da amostra desse trabalho. Os dados de 2016 ainda não foram disponibilizados gratuitamente, de forma que Rousseff no Brasil também ficará de fora. Os presidentes Lozada da Bolívia, Bucaram do Equador, Cubas e Lugo no Paraguai, Pérez Molina na Guatemala caíram a mais de seis meses antes dos surveys serem aplicados.

ocorridas até seis meses antes dos questionários serem aplicados.

Esse corte de seis meses utilizado em todas as variáveis apresentadas é baseado especialmente nas descobertas de Zaller (1992, p.79-80) relativas à característica fundamental das preferências políticas da população: “a tendência das pessoas a serem ambivalentes (talvez até de forma inconsciente) e lidar com essa ambivalência tomando decisões com base nas ideias que estão mais salientes”. Para os casos estudados aqui, é mais provável que os cidadãos se lembrem, ao responder às pesquisas de opinião, do processo de destituição de um presidente, das campanhas eleitorais e das ações do presidente, assim como da votação de um MDD, quando suas avaliações foram coletadas não muito tempo após a ocorrência desses fatos.

Quando a variável “eventos políticos” é colocada isoladamente para explicar a avaliação do presidente, não se mostra significativa; porém, quando adicionada às variáveis de nível 1 (modelo 3 da **tabela 2**), em relação às situações em que algum evento político ruim é registrado, a não ocorrência de evento político anormal aumenta em 31% as chances de aprovação presidencial e a ocorrência de um evento positivo amplia em 72% essas chances. A eficácia do modelo alcança 65,8%. Comparando o poder de explicação das variáveis de nível 2, as institucionais são as que alcançam o melhor desempenho.

No caso dos efeitos das campanhas ou de possível expansão dos gastos realizados no fim do governo, essa variável não se mostrou significativa quando colocada sozinha no modelo, tampouco quando colocada junto aos eventos políticos e variáveis de nível 1, reforçando achados de estudos anteriores de que tal efeito “nostalgia” não é uma regra.

O modelo final, demonstrado na **tabela 3** – que considera as variáveis de nível 1 (porém as omite, porque possuem resultados muito

semelhantes aos da Tabela 1), e as variáveis de nível 2 econômicas, institucionais e políticas simultaneamente – aponta que, entre as variáveis “macro”, as variáveis institucionais e políticas são mais importantes para explicar a aprovação presidencial. Eleições, eventos políticos positivos e plebiscitos facultativos afetam a avaliação do Chefe do Executivo positivamente, ao passo que referendos e iniciativas populares, negativamente. Esse modelo alcança 66,6% de eficácia.

Tabela 3. Variáveis do nível 1 e 2 nos modelos de aprovação presidencial na América Latina (1996-2015)

	Variáveis de nível 1 + nível 2 (econômicas, institucionais e políticas)		
	Coef.	Sig.	Exp.
Ordenada de origem	-0,872	,000	0,418
País	0,104	,006	
Ano	0,113	,005	
Eleições	0.636	,000	1.889
Referendos	-1.174	,000	0.309
Plebiscitos Mandatórios	0.016	,610	1.016
Plebiscitos Facultativos	0.279	,000	1.322
Iniciativas Populares	-0.188	,000	0.828
Eventos Políticos Positivos	0.637	,000	1.891
Sem eventos positivos ou negativos	0.186	,000	1.204
Crescimento do PIB	0.020	,000	1.020
Inflação	-0.008	,000	0.991
Desemprego	0.000	,901	1.000
Gini	-0.008	,000	0.992

Considerações finais

Vários estudos de casos específicos de aprovação presidencial foram realizados sobre países latino-americanos, alguns deles mencionados neste artigo. Porém, no que diz respeito a estudos comparativos, apenas um foi encontrado – e ainda assim não tratou de um período muito extenso. A literatura aponta que o tamanho das séries faz com que variáveis

econômicas tenham desempenhos diferentes. No entanto, quando as séries são maiores, costumam apresentar resultados mais estáveis.

Para lidar com as diferenças entre os países e o contexto de cada ano, assim como com o fato da série anual de 1996 a 2015 não ser longa o suficiente para a utilização de análise seriada, modelos multiníveis foram utilizados e apontaram uma diferença de 3% em relação aos 16 países estudados, e de 6% em relação ao contexto dos 17 anos analisados.

Entre os resultados mais significativos está a importância predominante da percepção sobre a situação corrente da economia do país, o que vai ao encontro da tendência a incluir medidas subjetivas da situação econômica para a explicação da aprovação presidencial. Essa variável é mais importante do que aquela que diz respeito à situação econômica pessoal do entrevistado, mostrando que o cidadão latino-americano não faz suas avaliações considerando apenas a si próprio. Com menor intensidade, a confiança interpessoal aumenta a probabilidade de aprovação presidencial assim com as faixas etárias maiores, ao contrário da escolaridade: mais estudo diminui as chances de o Chefe do Executivo ser bem avaliado.

Quando as variáveis de nível macro (econômicas, institucionais e políticas) são inseridas separadamente nos modelos com as variáveis “micro” recém-mencionadas, são as institucionais as que tornam a eficácia do modelo melhor. No caso das eleições, o efeito lua-de-mel é constatado, ao contrário do efeito nostalgia, e a ocorrência de eleições é a segunda variável que mais afeta a probabilidade de aprovação presidencial (depois da percepção dos cidadãos em relação à economia nacional). Próxima a ela, há a influência negativa dos referendos, que são propostos pelos cidadãos para revogar leis recém-aprovadas, e a influência positiva de eventos políticos que criem ondas de empatia em função da situação de saúde do presidente ou da perda de algum familiar e de destituição de presidentes que, em geral,

se encontraram com baixa popularidade, enfrentando momentos de grande mobilização popular. Esses eventos contrastam com aqueles que dizem respeito a escândalos políticos e políticas malsucedidas.

Assim, numa região em que vários presidentes não conseguem terminar o mandato e que crises econômicas normalmente afetam as maiorias mais vulneráveis de suas populações, é importante que se saiba que outras variáveis afetam a sua popularidade. Em alguns momentos, propor aos cidadãos alternativas para o país que sejam discutidas e votadas diretamente por eles pode ajudar na avaliação do Chefe do Executivo. Os índices de aprovação costumam, inclusive, servir como fator que influencia as relações entre o presidente e o Legislativo. Por outro lado, se um grupo de cidadãos toma a iniciativa de propor leis a serem votadas por todos, é provavelmente porque o Chefe do Executivo se afastou demais da preferência média do eleitorado. Essa movimentação pode servir de alerta e aqui se encontra o poder de haver previsão de mecanismos de democracia direta (MDDs) mesmo quando eles não são usados.

Ainda que muitos outros eventos ainda não constatados precisem entrar nos modelos, esses resultados já mostram a impossibilidade de se ignorar eventos políticos extraordinários quando se tenta explicar as avaliações dos chefes do Executivo. Essas constatações apontam para a necessidade de integração de pesquisa quantitativa e qualitativa para explicar aspectos tão complexos das democracias, como a aprovação presidencial.

Se houvesse disponibilidade da avaliação dos cidadãos sobre as políticas públicas, estas teriam impacto na aprovação do presidente. Booth e Seligson (2009), trabalhando com oito países da América Latina, encontraram resultados positivos ao incluir segurança e corrupção na dimensão de avaliação das autoridades democráticas. Da mesma forma, a

inclusão da variável sobre quem votou no presidente eleito talvez aumentasse a precisão dos modelos. Esses aspectos merecem ser mais estudados em uma perspectiva comparada, especialmente que combine dados quantitativos e qualitativos.

Bibliografia

ALTMAN, David. *Direct democracy worldwide*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

APABLAZA, Carolina; JIMÉNEZ, Francisco. Factores Explicativos de la Aprobación Presidencial. *Serie Informe Sociedad y Política*. n.14. Dez. 2009.

ARCE, Moisés. Political Violence and Presidential Approval in Peru. *The Journal of Politic*. Vol. 65. n.2, 2002, p. 572-583.

ARCE, Moisés; CARRIÓN, Julio. Presidential Support in a Context of Crisis and Recovery in Peru, 1985-2008. *Journal of Politics in Latin America*, v. 2, n. 1, p. 31-51, 2010.

BERLEMANN, Michael; ENKELMANN, Soeren. The Economic Determinants of U.S. Presidential Approval - A Survey. Working Paper Series in Economics 272, University of Luneburg, Institute of Economics, 2012.

BOOTH, John A.; SELIGSON, Michell A. *The Legitimacy Puzzle in Latin America: Political Support and Democracy in Eight Nations*. New York: Cambridge University Press, 2009.

BOWLER, Shaun; GLAZER, Amihai. "Hybrid Democracy" and Its Consequences. In: BOWLER, Shaun; GLAZER, Amihai (eds.). *Direct democracy's impact on American political institutions*. New York, Hampshire: Palgrave Macmillan, 2008.

BUENDÍA, Jorge. Economic reform, public opinion, and presidential approval in Mexico, 1988-1993. *Comparative Political Studies*, v. 29, n. 5, p. 566-591, 1996.

C2D. *Center for Research on Direct Democracy*. Database. Disponível em: <<http://www.c2d.ch>>. Acesso em: 29 maio 2017.

CARLIN, Ryan; HUNT, Katherine H. Peasants, Bankers, or Piggbankers? The economy and presidential popularity in Uruguay. *Política*. Revista de Ciencia Política. vol. 53, n.1, 2015. p. 73-93.

CATTERBERG, Gabriela; PALANZA, Valeria. Argentina: Dispersión de la oposición y el auge de Cristina Fernández de Kirchner. *Revista de Ciencia Política*, vol. 32, n.1, 2012. p. 3-30.

COHEN, Jeffrey. Economic Perceptions and Executive Approval in Comparative Perspective. *Political Behavior*, Vol. 26, n.1, 2004, p. 27-43.

GRAMACHO, Wladimir. Ciclos de información y funciones de popularidad: El período Cardoso en Brasil (1995-2002). *Desarrollo Económico*, vol. 45, n.177, 2005, p. 99-121.

INFORME Latinobarometro 1995-2016. Disponível em:

<<http://www.latinobarometro.org/latino/LATContenidos.jsp>>.
Acesso em: 29 maio 2017.

JOFRÉ, Hugo; NAVIA, Patricio. Densidad de militancia partidaria, aprobación presidencial y el desempeño electoral de la derecha em Chile (2010-2014). *Estudios Públicos*, 145 (verano 2017), p.37-72

LEBO, Matthew; CASSINO, Daniel. "The Aggregated Consequences of Motivated Reasoning and the Dynamics of Partisan Presidential Approval". *Political Psychology*, vol. 28, n. 6, 2007, p.719-746.

LISSIDINI, Alicia. *La democracia directa en Venezuela: ¿participativa o plebiscitaria?* Centro de Investigación sobre Democracia Directa (C2D). 2006. Disponível em: <www.dd-la.ch/download/Case14_Venezuela.pdf>. Acesso em: 02 out. 2009.

MATSUSAKA, John. Direct Democracy and the Executive Branch. In: BOWLER, Shaun; GLAZER, Amihai. *Direct democracy's impact on American political institutions*. New York, Hampshire: Palgrave Macmillan, 2008.

MCALLISTER, Ian. The Economic performance of governments. In: PIPPA, Norris (ed.), *Critical Citizens: Global Support for Democratic Government*, p. 188-203. New York: Oxford University Press, 1999.

MOREL, Laurence. The rise of government-initiated referendums in consolidated democracies. In: MENDELSON, Matthew; PARKIN, Andrew. *Referendum democracy*. Citizens, elites and deliberation in referendum campaigns. Grã Bretanha: Palgrave, 2001.

PÉCAUT, Daniel. Tradición liberal, autoridad y autoritarismo. *Política*. n.42. Universidade de Chile, Santiago, 2004. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=64504205>>. Acesso em: 31 out. 2009.

PÉREZ LIÑAN, Anibal. *Presidential Impeachment and the New Political Instability in Latin America*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

PINTO, André Jácomo de Paula. Os enigmas da popularidade presidencial no Brasil: economia ou política? Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília. UNB, 2013.

POWER, Timothy J.; JAMISON, Giselle. Political Mistrust in Latin America. In: *Political Mistrust and the Discrediting of Politicians International Studies in Sociology and Social Anthropology*. v.96, Leiden; Boston: Brill, 2005.

QVORTRUP, Matt. *A comparative study of referendums: government by the people*. 2 ed. Manchester University Press/ University of British Columbia Press, 2005.

RAMÍREZ, Jorge; VARAS, Pablo. Aprobación presidencial en Chile 2000-2012: Sus determinantes y su efecto en la toma de decisiones. *Política*, vol. 51, núm. 1, enero-junio, 2013, pp. 85-117.

VREESE, Claes Holger; SEMETKO, Holli A. *Political Campaigning in Referendums: framing the referendum issue*. London: Routledge, 2004.

ZOVATTO, Daniel. Instituciones de democracia directa en América Latina. In: J. PAYNE, Mark; ZOVATTO, Daniel G.; DÍAZ, Mercedes Mateo. *La política importa: Democracia y desarrollo en América Latina*. Washington, D.C.: Inter-American Development Bank; International Institute for Democracy and Electoral Assistance, 2006.

Palavras-chave:

Aprovação presidencial.
Mecanismos de democracia direta.
Percepção da economia.
América Latina.
Modelos Multiníveis

Resumo: Em uma região onde, não raro, os presidentes não conseguem terminar seus mandatos, é interessante perguntar, para além do desempenho da economia, o quanto a aprovação presidencial pode variar com o uso de mecanismos de democracia direta e com eventos políticos. Apontar a relevância dessas questões econômicas, institucionais e propriamente políticas, como a destituição de presidentes, na avaliação que os cidadãos fazem do Chefe do Executivo é o objetivo aqui. Os dados provêm do Latinobarômetro e englobam pesquisas de opinião realizadas anualmente em 16 países, de 1996 a 2015, analisadas por meio de modelos multiníveis. Os coeficientes gerados indicam que, entre as variáveis micro, a percepção da situação econômica corrente do país é a mais importante; ao passo que entre as de nível macro, eleições, referendos e plebiscitos facultativos, assim como eventos políticos positivos são as que mais influenciam a aprovação do Chefe do Executivo.

Keywords

Presidential approval.
Mechanisms of direct democracy.
Economy's perception.
Latin América.
Multilevel models.

ABSTRACT: In a region where presidents often fail to complete their mandates, it is interesting to ask, beyond the performance of the economy, how much presidential approval can vary with the use of direct democracy mechanisms and with political events. To point out the relevance of these economic, institutional, and properly political issues, such as the dismissal of presidents, in the assessment that citizens make of the Chief Executive is the goal here. The data come from Latinobarometro and encompass opinion surveys conducted annually in 16 countries from 1996 to 2015, analyzed through multilevel models. The coefficients generated indicate that among the micro-level variables, the perception of the current economic situation of the country is the most important, whereas among the macro level, elections, referenda and facultative plebiscites, as well as positive political events are those that influence more the approval of the Chief Executive.

Recebido para publicação em maio/2017

Aceito para publicação em agosto/2017